



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE HISTÓRIA**

VIVIANE FERREIRA DE ALENCAR

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA E.E. PROFª. ALCIDES
RODRIGUES AIRES EM PORTO NACIONAL-TO**

**PORTO NACIONAL-TO
2021**

VIVIANE FERREIRA DE ALENCAR

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA E.E. PROF^a. ALCIDES
RODRIGUES AIRES EM PORTO NACIONAL-TO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, para obtenção do título de Licenciada em História, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Benvinda Barros Dourado.

PORTO NACIONAL-TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

AL368e Alencar, Viviane.
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA E.E. PROFª. ALCIDES RODRIGUES AIRES EM PORTO NACIONAL-TO. / Viviane Alencar. – Porto Nacional, TO, 2021.
38 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de História, 2021.
Orientadora : Benvinda Barros Dourado

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Projeto Político Pedagógico. : Escola Estadual Profa. Alcides Rodrigues Aires. 4. ... I. Título

CDD 90

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

VIVIANE FERREIRA DE ALENCAR

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA E.E. PROF^a. ALCIDES
RODRIGUES AIRES EM PORTO NACIONAL-TO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, para obtenção do título de Licenciada em História, e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 14/12 /22

Banca Examinadora

Prof. Dr. Benvinda Barros Dourado - Orientadora - UFT.

Prof. Dr. Vasni de Almeida - Avaliador - UFT.

Prof. Dr. Denilson Barbosa de Castro - Avaliador - UFT.

RESUMO

O presente estudo apresenta como tema a Educação de Jovens e Adultos e como objeto de estudo a oferta dessa modalidade de ensino na Escola Estadual Profa. Alcides Rodrigues Aires, localizada no Setor Nova Capital, em Porto Nacional-TO, no ano de 2019. Os objetivos deste estudo é compreender o processo de oferta da modalidade de ensino para jovens e adultos, principalmente na Escola Estadual Profa. Alcides Rodrigues Aires, no ano de 2019 e identificar os desafios enfrentados por alunos e professores dessa instituição em relação a essa modalidade de ensino. O trabalho teve como principal referência o Projeto Político Pedagógico da instituição escolar. A escola oferta os três segmentos da EJA, sendo que o 1º e o 2º são para pessoas privadas de liberdade, na Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional. Percebe-se que um dos grandes desafios enfrentados na Educação de Jovens e Adultos nessa instituição é o abandono e a evasão escolar.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Projeto Político Pedagógico; Escola Estadual Profa. Alcides Rodrigues Aires.

ABSTRACT

The present study presents as its theme the Education of Youth and Adults and as an object of study the offer of this type of education in the Profa State School. Alcides Rodrigues Aires, located in Setor Nova Capital, in Porto Nacional-TO, in 2019. The objectives of this study is to understand the process of offering this modality of education for young people and adults, mainly at the Escola Estadual Profa. Alcides Rodrigues Aires, in the year 2019 and identify the challenges faced by students and professors of this institution in relation to this type of teaching. The work had as its main reference the Pedagogical Political Project of the school institution. The school offers the three EJA segments, the 1st and 2nd being for people deprived of liberty, at the Temporary Prison House in Porto Nacional. It is noticed that one of the great challenges faced in the Education of Youth and Adults in this institution is school dropout and dropout.

Keywords: Youth and Adult Education; Political Pedagogical Project; State School Prof. Alcides Rodrigues Aires.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL: BREVE REVISÃO	11
3 TRAÇOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO TOCANTINS	17
4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA E. E. PROFA. ALCIDES RODRIGUES AIRES EM PORTO NACIONAL-TO	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	33
ANEXO A - MODALIDADE EJA	35
APÊNDICES A - CARTA DE CESSÃO	37
APÊNDICES B - QUESTIONÁRIO.....	38

1 INTRODUÇÃO

As leituras em uma das disciplinas que cursei no curso de História me chamou a atenção para uma modalidade de ensino que eu já considerava bastante interessante, a possibilidade de uma pessoa com mais idade, voltar para a escola com o intuito de concluir o ensino fundamental, médio ou mesmo a alfabetização. Tinha, também a curiosidade, dentre outras, a de saber como era organizada a oferta dessa modalidade de ensino, qual a formação necessária para os professores atuarem nessa modalidade, quais os motivos que essas pessoas retornavam à escola, qual a relação com o mercado de trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que permeia todos os níveis da educação básica do país, direcionada a garantir aos sujeitos que não tiveram “acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996).

Assim, esse estudo apresenta como tema a Educação de Jovens e Adultos e como objeto de estudo a oferta dessa modalidade de ensino na Escola Estadual Profa. Alcides Rodrigues Aires, localizada no Setor Nova Capital, em Porto Nacional-TO, no ano de 2019. O ano de 2019 se justifica por ter sido um ano anterior ao estado de emergência na saúde pública causado pelo novo Coronavírus (SARS-COVID-19).

Na cidade de Porto Nacional encontram-se 16 escolas da rede estadual, dentre elas 04 ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos e dessas, somente a E.E. Alcides Rodrigues Aires atende os três segmentos.(DRE-PORTO NACIONAL-TO.2020).

Portanto, esse estudo apresenta como objetivo compreender o processo de oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, principalmente, na E. E. Profa. Alcides Rodrigues Aires, no ano de 2019 e identificar os desafios enfrentados por alunos e professores dessa instituição em relação a essa modalidade de ensino.

O estudo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica e documental, sobre a temática que se propôs para esse trabalho.

Para Severino (2013), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a

partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2013, p. 106).

No caso da pesquisa documental, Severino (2013) destaca que:

Tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2013, p. 106-107).

Dessa forma, para melhor conhecer o processo histórico, social e político dessa modalidade da educação básica, apoiou-se autores como Haddad e Di Pierro (2009), Freire (1987), Oliveira (1999), dentre outros. E nas políticas públicas educacionais: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional/LDB nº 9.394/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 1/2000 e o parecer CNE/CEB nº 11/2000), Plano Nacional de Educação (2014-2024) e os Planos Estaduais de Educação do TO (2007 e 2015), além de resoluções e normativas estaduais.

No que se trata à documentação da instituição escolar, trabalhou-se, principalmente, com o Projeto Político Pedagógico do ano de 2019. A principal fonte desse estudo, portanto, foi esse documento, disponibilizado pela instituição escolar. No momento, só foi possível o contato de uma professora da instituição escolar que trabalhou com essa modalidade de ensino no ano de 2019.

Em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP) a escola se fundamenta, basicamente, em quatro autores: André (2001), Libâneo (2001), Vasconcellos (1995) e Padilha (sem data).

A visão de André (2001, p. 188) mostra que:

não é somente uma intenção, ou escrita, nem uma exigência de ordem administrativa, isto é, precisa "expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de Educação, bem como, às necessidades locais e específicas da clientela da escola". É "a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade" (E.E. PROFA. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019).

Segundo Libâneo (2001, p. 125), o projeto pedagógico "deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola", levando em consideração as características do instituído e do instituinte. Segundo Vasconcellos (1995, p. 143), o projeto pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o

que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição. Já a ideia que traz de Paulo Roberto Padilha, sobre o PPP, é a de “um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo” (E.E. PROFA. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019).

De acordo com a LDB nº 9394/1996, é dever dos estabelecimentos de ensino elaborar e executar a sua proposta pedagógica. No Regimento escolar da rede estadual do Tocantins (2018) destaca que o Projeto Político Pedagógico “é um instrumento construído e executado pela comunidade escolar” e que expressará a identidade da UE, os compromissos com o aluno, com a comunidade, com a educação e com o meio ambiente. Orienta, ainda, que no PPP deve estar inserido o plano de ação anual da UE (TOCANTINS/SEDUC, 2018, p. 38).

Percebe-se que são poucos os estudos na área da Educação de Jovens e Adultos no Tocantins, em Porto Nacional e, principalmente, em relação à E.E. Profa. Alcides Rodrigues Aires, o que justificou a proposta deste estudo, considerando, também, que é um tema de suma importância no campo histórico educacional.

A história do Tocantins em relação ao EJA não difere muito da história de outras unidades da federação (inclusive do Distrito Federal). A institucionalização tardia desse modelo significa que os "fragmentos" de sua história não se fundem. Embora existam muitas publicações, artigos, livros e outros estudos sobre a EJA na atualidade, deve-se destacar que muitos foram perdidos ou preservados ao longo dos anos. Isso não quer dizer que o país tenha desistido completamente, mas reflete de forma avassaladora a cultura do país colonizado, sempre prevaleceu a cultura do silêncio, da inércia e até do "esperar para ver" (TOCANTINS/SEDUC, 2007).

Este artigo, portanto, está organizado em três tópicos principais sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Primeiramente traz uma breve revisão sobre a temática no Brasil; no segundo apresenta traços da História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Tocantins e o terceiro tópico está configurado com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na E.E. Profa. Alcides Rodrigues Aires e na sua extensão na Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional -TO.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL: BREVE REVISÃO

Ao se tratar da temática da Educação de Jovens e Adultos, como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, Oliveira (1999, p. 59), expressa que embora se remete a um recorte de idade, deve-se atentar primordialmente a uma questão de especificidade cultural. Pois conforme a autora “esse território da educação não diz respeito a reflexões e ações educativas dirigidas a qualquer jovem ou adulto, mas delimita um determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior da diversidade de grupos culturais da sociedade contemporânea.”

Para Oliveira (1999, p. 59),

O adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo. Ele é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito freqüentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo.

No caso dos jovens, a autora destaca que:

Não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Como o adulto anteriormente descrito, ele é também um excluído da escola, porém geralmente incorporado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas da escolaridade, com maiores chances, portanto, de concluir o ensino fundamental ou mesmo o ensino médio. É bem mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades escolarizada e urbana (OLIVEIRA, 1999, p. 59).

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que visa garantir que o cidadão que não teve o tempo adequado para estudar na idade certa tenha o direito à educação. Assim, a EJA também se aplica aos alunos considerados idosos. É muito importante que o idoso vá à escola. Essa retomada à escola representa para eles um aumento da autoestima, satisfação e integração social. De acordo com os direitos humanos básicos estipulados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é garantido a todos estudar nas escolas particulares e oficiais, sem discriminação alguma, portanto, o direito do idoso à educação está presente na legislação e nos decretos oficiais.

O poder público criará oportunidades para que os idosos recebam educação e ajustará cursos, métodos e materiais didáticos de acordo com o plano educacional que lhes foi designado. Por isso, a EJA, que tem como objetivo formar jovens e adultos, atende pessoas com 60 anos ou mais.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA),

representa uma dívida social não reparada para os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (CNE/CEB, 2000, pág. 5).

A EJA deve ser considerada parte imprescindível na história da educação no Brasil. Ao se tratar dessa temática, por meio do texto “Escolarização de jovens e adultos” de Haddad e Di Pierro (2009) se tem uma visão panorâmica do tema ao longo dos cinco séculos da história posteriores à chegada dos portugueses às terras brasileiras, no qual detém o foco, sobretudo, na segunda metade do século XX, em que o pensamento pedagógico e as políticas públicas de educação escolar de jovens e adultos adquiriram a identidade e feições próprias, a partir das quais é possível e necessário pensar seu desenvolvimento futuro.

Desde a década de 1940, tem sido um dos importantes eixos de esforços para democratizar as oportunidades educacionais, com base na Constituição Federal de 1934.

Em uma breve revisão, destaca que desde a década de 1940, tem sido um dos importantes eixos de esforços para democratizar as oportunidades educacionais, com base na Constituição Federal de 1934. Assim, encontra-se diferentes campanhas voltadas para a eliminação do analfabetismo, por exemplo, o Fundo Nacional de Educação Básica (FNEP), serviços de educação de adultos e campanhas de educação de adultos foram estabelecidos em 1942, ambos os quais estabeleceram a educação esportiva rural em 1947 e 1952, a campanha nacional de alfabetização com início em 1958.

Na década de 1960, Paulo Freire esteve à frente dos projetos de alfabetização de jovens e adultos. No Rio Grande do Norte, ele alfabetizou 300 pessoas em 45 dias, Freire sugeriu em seu método que dê como formação social e cultural dos alunos, sua realidade de vida e comportamento educacional não pode ser um comportamento passivo, Freire o define como "educação bancária" e os alunos só recebem essa educação.

Paulo Freire defendeu o seguinte argumento:

o importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutem o seu pensar, sua própria visão de mundo, manifestada implicitamente ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros. (FREIRE, 1987, p. 120).

A metodologia de Paulo Freire é baseada em conexões mútuas e trocas de experiências, nesse processo, não só os alunos aprendem, mas os professores também aprendem com os alunos, os homens precisam se conectar, o que o torna igualmente importante no mundo.

O professor é incapaz de fazer seu trabalho de leitura e escrita ou compreender as habilidades de leitura e escrita quando separa completamente a leitura de uma palavra da leitura do mundo, ler uma palavra e aprender a escrever uma palavra para que alguém a leia depois é precedido de aprender a "escrever o mundo", ou seja, a experiência de mudar o mundo e de se comunicar com o mundo.

O método freiriano partia do pressuposto de que os alunos são atores ativos no processo educacional, pois são seres históricos com grande potencial para criar e recriar sua própria cultura; percebe-se que a aplicação do método começou com uma discussão voltada para a conscientização dos analfabetos por meio da noção de cultura.

Portanto, vale destacar quando se estuda a Educação de Jovens e Adultos alguns princípios fundamentais presentes nas obras de Paulo Freire que se trata de aprender para transformar a realidade. Assim, nesse aspecto, é fundamental a consciência crítica e de sujeito histórico e a formação do sujeito como humano (FREIRE, 1987).

Durante a ditadura militar, em meados das décadas de 1960 a 1980, existia o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que era um projeto de governo criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Durante o governo militar, adultos e jovens participaram de cursos do Movimento Brasileiro pela Alfabetização (MOBRAL), cujo objetivo era alfabetizar pessoas fora da idade escolar, na época. Em meio a crise econômica dos anos de 1980 foi substituído pela administração da Fundação Educar, essa campanha de apoio à alfabetização não pôde continuar e posteriormente, durante o processo de redemocratização, foram oferecidos cursos complementares. (MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, 2021).

Os movimentos populares e os programas de enfrentamento e combate ao analfabetismo influenciaram no processo de construção das políticas públicas para a educação

de jovens e adultos. E as efetivações dessas políticas estão consolidadas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A proposta política de Fernando Henrique Cardoso era ajustar o Brasil ao neoliberalismo, com isso naquela época ele anunciou que seu governo iria acabar com a Era Vargas, ou seja, a intervenção do Estado na economia seria minimizada, as empresas estatais e seriam privatizadas e os direitos trabalhistas iriam ser reduzidos de forma mais flexível. Portanto, o primeiro governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela privatização e pela entrada de capital estrangeiro no país, as empresas privatizadas neste período, foram a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), Companhia Siderúrgica Nacional e o Vale do Rio Doce, todas vendidas a preços muito inferiores aos esperados. Em 1998, a taxa de desemprego atingia cerca de 9% da população economicamente ativa do país. O país levou ao fechamento de empresas e à demissão de muitos trabalhadores.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), foi implantado o Programa de Alfabetização Solidária e no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010), se chamou Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Todas essas políticas estão mais ou menos coordenadas entre si na busca da redução da taxa de analfabetismo, que vem diminuindo gradativamente, no entanto, essas políticas não são suficientes para eliminá-las (RODRIGUES, 2021).

Para muitos estudiosos da área, a única forma de melhorar o índice é respeitar as peculiaridades desses alunos, que ainda não concluíram ou pelo menos iniciaram o ensino fundamental, as dificuldades de análise incluem: o currículo geralmente é adequado para conteúdo das escolas regulares; formação inadequada de professores; a prática de convocação de voluntários para lecionar durante o processo de alfabetização; e a polêmica sobre a idade de inscrição na EJA, que atualmente é de 15 anos.

Se tratando das normas nacionais, destaca-se aqui a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394 de 1996, que disciplina a Educação de Jovens e Adultos por meio, principalmente, dos seus artigos 37 e 38.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais

apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular (BRASIL, 1996).

Tomando como referência o PNE aprovado e sancionado em junho de 2014, por meio da Lei n.13.0051, das 20 metas quatro dizem respeito diretamente ao atendimento escolar de adolescentes, jovens e adultos (3, 8, 9 e 10).

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (BRASIL, 2014).

Direcionar uma atenção especial aos jovens e adultos trabalhadores, bem como às pessoas em condição de maior vulnerabilidade, como os analfabetos, idosos e a população do sistema carcerário. No tocante à Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade, conforme o Parecer MEC/CNE/CEB Nº: 4/2010, homologado pelo MEC no mesmo ano.

Não é benefício; pelo contrário, é direito humano subjetivo previsto na legislação internacional e brasileira e faz parte da proposta de política pública de execução penal com o objetivo de possibilitar a reinserção social do apenado e, principalmente, garantir a sua plena cidadania. A prisão, em tese, representa a perda dos direitos civis e políticos. Suspensão, por tempo determinado, do direito do interno ir e vir livremente, de acordo com a sua vontade, mas não implica, contudo, a suspensão dos seus direitos ao respeito, à dignidade, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral, ao desenvolvimento pessoal e social, espaço onde se insere a prática educacional (MEC/CNE/CEB, 2010, p. 13).

Baseado nesse parecer foi aprovada a Resolução Nº 2, de 19 de maio de 2010 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

Vale destacar, também, a Resolução CNE/CEB nº 1/2000 e o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, visando o enfrentamento ao analfabetismo.

3 TRAÇOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO TOCANTINS

O Tocantins foi implantado pela Constituição de 1988 e, desde então, configura-se como um estado do território nacional com todas as prerrogativas estabelecidas conforme os demais estados e o Distrito Federal. Isso significa dizer que é responsabilidade deste, conforme o Art. 2ª da Constituição Estadual “garantir a educação, a saúde e a assistência ao que dela necessitam, sem meios para provê-las” (TOCANTINS, 2021).

No entanto, o novo Estado recebeu uma herança de analfabetismo muito alta:

Até os anos 80, o território onde foi criado o Estado do Tocantins se caracterizava como um espaço geográfico abandonado por ações de Governo. Enquanto representava o Norte de Goiás, não recebeu a devida atenção para solucionar suas necessidades e apresentava um índice estatístico formal de analfabetismo na faixa de 62,3%, sendo que na região Norte do Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio, essa taxa era de 83,0%, maior que a da região Norte do País (11,6%) e do Brasil (15,6%) (TOCANTINS, 2007).

A história da Educação de Jovens e Adultos no Tocantins constitui uma trajetória de desafios ao longo do que se chama de institucionalização da oferta e garantia de seu direito. Reconstruir essa história é algo complexo porque os registros são poucos e a própria institucionalização da EJA, enquanto modalidade de ensino é tardia no Tocantins, sendo a partir de 1996. Assim, parte da sua história tem como base a síntese encontrada no material da SEDUC no que diz respeito às Resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE) e normativas da Secretaria até 2007 (TOCANTINS/SEDUC, 2007), o qual ajuda a compor esse item.

Nessa perspectiva, encontra-se a Resolução do CEE nº 061/1996 que criou o Projeto Reviver e suas grades curriculares para funcionamento nas unidades escolares estaduais, municipais e particulares. O Projeto organiza essa modalidade de ensino em três etapas: REVIVER I – Alfabetização de Jovens e Adultos; REVIVER II – Curso de Suplência de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e VIVER III – Curso de Suplência de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

Em 1997, foi publicada a Resolução do CEE nº 037/97 que estabelecia as normas sobre a EJA no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Tocantins, que passaria a ser ministrada sob a forma de Cursos e Exames Supletivos, compreendendo a Base Nacional Comum do Currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos de caráter regular.

No ano seguinte, 1998, conforme o Censo Escolar, no Tocantins, foram matriculados um total de 2.382 alunos na alfabetização, ensino fundamental e médio, sendo que na esfera estadual foram 685 matrículas (BRASIL, 1999).

Em 1999 foi criado o Programa ABC da cidadania para alfabetização de adultos a partir de 15 anos de idade. Desse ano até 2006 foram alfabetizados no Tocantins 122.404 pessoas.

O ABC da Cidadania atende a alunos com idade acima de 15 anos, oferecendo a cada participante diversas oportunidades de se libertar do isolamento pessoal provocado pelo fato de não saber ler e escrever, além de valorizar a cidadania e estimular uma maior participação na vida comunitária. As aulas do ABC da Cidadania funcionam em escolas, igrejas, associações diversas, creches e cabanas de palhas. Onde houver alunos, é adaptada uma sala de aula. O curso de alfabetização tem duração de seis meses, dependendo da capacidade de aprendizagem do aluno. A carga horária é de 10 horas semanais. Depois de alfabetizado, o aluno passa a frequentar a EJA - Educação de Jovens e Adultos, também oferecida nas escolas estaduais (TOCANTINS/SECOM, 2005).

Em 2001 a Educação de Jovens e Adultos no Tocantins, passou a obedecer às Diretrizes Curriculares Nacionais, prevista pela Resolução 01/2000 - CNE/CEB, que “rompe com o caráter de suplência e suprimento da EJA, sugerindo um modelo pedagógico que assegure a equidade e a diferença, a fim de desempenhar as ‘novas’ funções dessa modalidade: Reparadora, equalizadora e qualificadora”. É regulamentada, também, pela Resolução nº 135/2001 que estabeleceu a idade mínima para matrícula nessa modalidade de ensino: 14 anos completos para Ensino Fundamental e 17 anos completos para Ensino Médio; estabelece ainda a idade mínima para inscrição e realização dos Exames de Educação de Jovens e Adultos: 15 anos completos para conclusão do Ensino Fundamental e 18 anos completos para a Conclusão do Ensino Médio.

A Resolução nº 071/2003 dá nova redação à Resolução nº 135/2001 e regulamenta os cursos de modalidade EJA, organizando-a em segmentos e períodos: 1º Segmento composto por períodos conforme à primeira fase do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), 2º Segmento composto por quatro períodos correspondentes a segunda fase do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e 3º Segmento composto por três períodos conforme os três anos do Ensino Médio. Determinou, também, que o Exame da EJA seria realizado pela SEDUC através de seus órgãos próprios, ou por instituições por ela designadas.

Em 2005, a SEDUC publicou a instrução normativa nº 019 que definiu os critérios para abertura de turmas de EJA – 3º Segmento (mínimo de 25 e máximo de 35) e estabeleceu

a idade mínima para ingresso no 1º período do 3º Segmento da EJA, que passou a ser 22 anos completos. No mesmo ano, a instrução normativa nº 024/2005 retificou o número de alunos para o 1º período do 3º Segmento e fixou o mínimo de 30 e o máximo de 35 alunos.

No ano seguinte, 2006, a Instrução Normativa da SEDUC de nº 006/2006 definiu os critérios para ingresso e aberturas de turmas de EJA na Rede Estadual de Ensino e, em razão da recém-implantação do Projeto de Ressocialização Educativa do Tocantins, estabelece critérios diferenciados para abertura de turmas nas Unidades Escolares do Sistema Prisional; essa mesma resolução condiciona a abertura de turmas do 3º Segmento de EJA.

O Projeto de Ressocialização Educativa no Sistema Prisional do Estado do Tocantins surgiu em 2005:

Uma ação conjunta entre a Secretaria da Educação e a Secretaria da Justiça e Cidadania, com apoio do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Justiça, cujo objetivo foi fortalecer as ações educativas desenvolvidas nas Unidades do Sistema Prisional na Casa de Custódia de Palmas, desenvolvido por técnicos das secretarias em parceria com professores das universidades e membros da sociedade civil (TOCANTINS, 2012, p. 16).

Em 2006, esse projeto expandiu para quatro unidades prisionais: Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional. Em 2018 eram 17 unidades ofertantes de educação escolar no Estado.

Em 2007 a Resolução nº 076/2007 veio reafirmar alguns aspectos das resoluções 019/2005 e 006/2006, mas reconfigura a organização da EJA, incluindo a alfabetização estruturada em um único período de oito meses e os 1º, 2º e 3º Segmentos permanecendo da mesma forma.

O Conselho Estadual de Educação do Tocantins, resolve:

Capítulo 1. Da organização e da oferta da Educação de jovens e adultos. Art. 1º A educação de jovens e adultos - EJA, no Estado do Tocantins, será ofertada sob a forma de cursos e exames supletivos, e será organizada de acordo com esta Resolução.

[...] Art. 3º A educação de jovens e adultos - EJA, destina-se a alunos que não tiveram acesso ou continuidade ao ensino fundamental e médio em idade própria.

Art. 4º A EJA, organiza-se na forma de: 1 - alfabetização - estruturada em período único; e segmentos; a) 1º segmento, composto de 4 períodos, que correspondem aos anos iniciais do ensino fundamental;

b) 2º segmento, contendo mais 4 períodos, que correspondem aos anos finais do ensino fundamental (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS, 2007).

A Resolução do CEE nº 127/2007, publicou a nova grade curricular em que o 2º Segmento de EJA passou de quatro para seis períodos e o 3º Segmento, de três para cinco períodos, aumentando assim a carga horária anual e diminuindo da carga horária diária de

EJA, que a partir dessa normativa poderia ser ministrada em módulos ou não, na época denominado de Projeto Palmas.

No que se refere à política educacional estadual voltada à educação em prisões, referênciam-se o Plano Estadual de Educação nas Prisões – PEEP do Tocantins, elaborado em 2012, que:

[...] definirá linhas para a prática pedagógica desenvolvida na educação em prisões, tendo como parâmetro o planejamento das ações de educação em espaços de privação de liberdade que contemplará a oferta da Educação Básica: Alfabetização de Adultos, através do Programa Brasil Alfabetizado e Tocantins Alfabetizado, continuidade na modalidade de EJA (Educação de Jovens e Adultos), preparação para o trabalho através da Educação profissional, ensino técnico profissionalizante, ensino superior e educação não-formal (TOCANTINS, 2012, p. 7).

Dentre os marcos legais que fundamentam a educação no TO, vale destacar, também o Plano Estadual da Educação do Tocantins – PEE/ TO e aprovado pela Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015, com vigência entre 2015-2025. Especificamente, a meta 7 dispõe que: I – Promoção da educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às necessidades e garantia das condições de acesso e permanência na escola; II – fortalecimento das articulações e o compromisso dos entes federados com a efetivação do ingresso, a permanência e a continuidade dos estudos de jovens e adultos; promoção da formação integral para o desenvolvimento das capacidades e competências adequadas, atendendo ao desenvolvimento sustentável e às novas transformações científicas e tecnológicas, numa perspectiva sócio-histórico/sociocultural. Na meta nove, o documento propõe “oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (TOCANTINS, 2015).

O documento põe em relevo a importância da garantia de permanência dos sujeitos jovens e adultos na escola e na construção de políticas públicas para inclusão dos mesmos na sociedade. Apresenta metas e estratégias para que ocorra a eliminação do analfabetismo no Brasil, de modo que não aconteça a desigualdade social educacional do sujeito da EJA e que esse tenha direito à educação e permanência no ambiente escolar.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA E. E. PROFA. ALCIDES RODRIGUES AIRES EM PORTO NACIONAL-TO

Tomando por base o Projeto Político Pedagógico (PPP) da E.E. Profa. Alcides Rodrigues Aires, elaborado para execução em 2019, é possível conhecer parte da sua proposta pedagógica e organização administrativa, de forma que ajudará a compor esse item do trabalho. Esse documento é reconhecido pela escola como ferramenta de orientação a ações desenvolvidas nas escolas. Declara que é construído de forma participativa, com professores, alunos, pais e todos os funcionários da instituição. Destacando que o plano de ação é um caminho de reflexão, pensando na escola que se tem e na escola que se quer ter, é elaborado, anualmente, visando atender as necessidades da comunidade.

Assim, conforme o seu PPP, essa instituição escolar iniciou suas atividades em maio de 1994. Foi criada com o nome de Dr. Severo Gomes Ferreira, o qual foi transferido para E.E. Profª. Alcides Rodrigues Aires por meio da Lei Estadual nº 863 de 22 de agosto de 1996.

Por meio da Portaria nº 17 de 17/04/2009 houve a Renovação de Reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos. A EJA III Segmento é Regulamentada, por meio da Portaria nº 2018 de 27/11/2014.

No início a Unidade Escolar atendia o Ensino Fundamental de 1ª a 7ª séries nos turnos matutino, intermediário e vespertino e o Projeto Palmas (EJA) de 5ª a 8ª séries, no turno noturno. Para melhor compreensão sobre a organização da oferta da EJA nas instituições estadual do TO, vale destacar: 1º segmento - composto por cinco períodos (equivalentes ao Ensino Fundamental - anos iniciais); 2º segmento - composto por quatro períodos (equivalentes ao Ensino Fundamental - anos finais) e o 3º segmento - composto por três períodos (equivalentes ao Ensino Médio) (SEDUC, 2021).

Quanto ao número de alunos por segmento, a Seduc dá a seguinte orientação: 1º segmento - mínimo de 15 e máximo de 30 estudantes; 2º segmento - mínimo de 15 e máximo de 35 estudantes no 3º segmento - mínimo de 15 e máximo de 35 estudantes. Caso o número de estudantes for inferior ao que dispõe os itens anteriores, deverão ser constituídas turmas multisseriadas (SEDUC, 2021).

No ano de 2019, a E.E. Profª Alcides Rodrigues Aires funcionava nos turnos matutino, vespertino e noturno. Ofertava o Ensino Fundamental de 4º ao 9º ano no matutino e vespertino e o 3º segmento da modalidade EJA no turno noturno. No ano de 2019 a matrícula

inicial na modalidade EJA: 1º, 2º e 3º segmentos no Sistema Prisional diurno, consta 23 alunos e no 3º segmento noturno a matrícula inicial foi de 112 alunos. De acordo com a professora Lúcia Martins dos Reis Tavares, da E.E. Profª. Alcides Rodrigues Aires a faixa etária dos alunos do EJA é de 18 anos completos para cursar o ensino médio. No entanto, para os alunos do ensino fundamental, como eles são pessoas privadas de liberdade, acredita-se que também apresentam idade a partir de 18 anos, considerando a maioridade para estarem nessa instituição.

Por meio do seu PPP (2019), a Escola Estadual Profª. Alcides Rodrigues Aires declara que busca ser uma escola de referência fundamentada numa gestão democrática e acrescenta que “é uma escola inovadora, participativa e transparente, que respeita o indivíduo, valoriza a igualdade, a pluralidade cultural e social, sendo reconhecida pela qualidade dos serviços nela oferecidos” (E.E. PROFª. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 12).

Segundo o PPP (2019), o perfil dos alunos do III Segmento da modalidade EJA que frequentam o turno noturno, “possuem uma baixa auto-estima, na sua maioria precisam trabalhar para se manter, gerando assim abandono e reprovação. Precisam ser motivados constantemente para que venham alcançar um bom aproveitamento na aprendizagem. (E.E. PROFª. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 11-12).

Vale destacar o perfil geral do aluno atendido pela escola, um panorama em potencial que pode influenciar o aluno a se tornar um candidato à EJA.

Na sua maioria é de baixo nível econômico, grande parte está inserida nos Programas do Governo Federal, alguns apresentam baixo desempenho acadêmico devido ao contexto em que estão inseridos, muitos não possuem uma perspectiva de vida, fazem parte de famílias desestruturadas, outros fazem parte de famílias que dependem da mão-de-obra barata para sua sobrevivência e acabam sendo responsáveis pelas atividades domésticas e escolares, contribuindo assim para um baixo desempenho acadêmico, devido a não possuírem um acompanhamento mais sistemático da família. Temos também alunos oriundos da rede municipal com defasagem na aprendizagem e distorção idade – série (E.E. PROFª. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 11).

Em relação à concepção filosófica e pedagógica de ensino, a Unidade Escolar declara que se pauta na corrente educacional sociointeracionista. Para tanto fundamenta-se em Piaget e Vygotsky.

A corrente educacional sociointeracionista procurando enfatizar a importância da interação e da formação linguística para a construção do conhecimento, o qual visa o aprendizado integral do aluno colocando-o como centro no processo de ensino e aprendizagem, onde o professor é mediador e facilitador do processo de atividade

construtiva do mesmo, por meio de intervenção pedagógica, permitindo-lhe modificar, aperfeiçoar e construir novos instrumentos de ação e interpretação, pois o aluno já traz um conhecimento prévio o qual deve ser avaliado continuamente (E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 21).

No que se trata ao ensino-aprendizagem a escola destaca que tem o compromisso de: “proporcionar um ensino de qualidade, que garanta a melhoria das condições educacionais da sua comunidade, visando formar cidadãos críticos e participativos, capazes de interagir com as diferentes linguagens e situações da sociedade atual” (E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 12).

Pondera que, a educação no sistema prisional “é desenvolvida de forma flexível, atendendo às peculiaridades de tempo, espaço e com adequação pedagógica e curricular, assegurando o cumprimento dos dias letivos e qualidade nos projetos educacionais desenvolvidos.” (E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 12).

Assim dentro dos seus objetivos estratégicos está elevar o desempenho acadêmico dos alunos / EJA 3º segmento. Apresentando as seguintes metas para a EJA no ano de 2019.

Educação Básica Anos Finais

Meta 6: EJA 2º Segmento / Aumentar a taxa de aprovação dos alunos de 44.45% em 2018 para 70% em 2019.

Meta 7: EJA 2º Segmento / Reduzir o abandono dos alunos de 33.33% em 2018 para 29.99% em 2019.

Educação Básica – EJA

Meta 1: EJA 3º segmento / Aumentar a taxa de aprovação dos alunos de 58.09% em 2018 para 69.70% em 2019.

Meta 2 : EJA 3º Segmento / Reduzir a taxa de abandono dos alunos de 31.43% em 2018 para 25.14% em 2019 (E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 21).

Percebe-se, portanto, que a Unidade Escolar, no ano de 2019, teve como meta básica, aumentar a taxa de aprovação dos alunos e reduzir o seu abandono. A escola considera que “o plano de ação é um caminho de reflexão, pensando na escola que se tem e na escola que se quer ter, é elaborado, anualmente, visando atender as necessidades da comunidade”. Assim, no Plano de suporte estratégico, relacionadas à meta 6, para a EJA (2º segmento), propõe realizar as seguintes ações (projetos/ações/atividades), como seguem: Realizar reunião com pais bimestralmente, para apresentar os resultados e propor intervenções pedagógicas; realizar anualmente uma Gincana do Conhecimento Interdisciplinar; destacar e premiar o aluno destaque com certificação e visita ao Cinemark / Palmas, como também a família com certificado em reconhecimento e incentivo, à dedicação, compromisso e apoio; realizar

bimestralmente Palestra motivacional nas turmas com baixo índice de aprovação e indisciplina e realizar anualmente a semana da Integração Esportiva e de aprendizagem.

Percebe-se que as ações referentes à meta 6 estão também relacionadas a outras metas voltadas para o Ensino Fundamental e, portanto, não se observa relação estreita com a EJA do 2º seguimento, uma vez que é ofertada na Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional, não atendendo ao público dessa instituição. Para a EJA (3º segmento) relacionadas às metas 1 e 2, propõe realizar 10 ações, quais sejam:

- 01- Realizar bimestralmente Palestra motivacional nas turmas com baixo índice de aprovação e infrequência;
- 02- Realizar reunião mensal com os professores para trocar informações e experiências sobre os alunos com dificuldade na aprendizagem, procurando identificar os que precisam de atendimento diferenciado;
- 03- Realizar anualmente uma Gincana do Conhecimento Interdisciplinar.
- 04- Realizar anualmente uma Feira de Ciências;
- 05- Realizar bimestralmente simulado nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Biologia, Química e Geografia;
- 06- Realizar anualmente um concurso de produção de texto com diversos gêneros literários;
- 07- Realizar anualmente a Semana da Educação Financeira, contemplando a Proposta da Educação Fiscal;
- 08- Realizar anualmente a Semana EJA com atividades diferenciadas focadas na realidade da vida dos alunos, para que possam demonstrar suas habilidades através de: palestras, debates, oficinas, competições e músicas;
- 09- Destacar e premiar o aluno nota 10 com certificado;
- 10- Realizar atendimento individualizado com os alunos infrequente mensalmente, para que os alunos expressem os reais motivos que o levam a abandonarem (E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019).

Em relação à formação do corpo docente que atende às séries finais e Ensino Médio/ EJA, todos apresentam curso superior.

Quadro 1 - Professores Regentes das séries Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio/EJA e as respectivas formações

Professor(a)	Formação
Aldeci Martins Costa	Licenciatura em Letras.
Aldo Douglas Soares Barbosa	Licenciatura em Letras.
Ana Paula Pacheco Barros	Licenciatura em Geografia.
David Nazareno Cerqueira	Licenciatura em Ciências Biológicas.
Elisvan de Carvalho Barbosa	Licenciatura em Ciências Biológicas.
Elivânia Cardoso Valverde	Licenciatura em Matemática.
Eloisa Paula Bispo de Sousa	Licenciatura em Ciências Biológicas / Mestre.
Geovani Martins dos Santos	Licenciatura em Geografia.
Jonnes Maciel Nunes	Licenciatura em Letras, com especialização em Gestão Escolar.
José Henrique Souza Quintanilha Neto	Licenciatura em Geografia.
Joaquim Meideon de Oliveira	Licenciatura em Educação Física.
Kênia Alves de Sousa	Licenciatura em Geografia / Mestre.
Leda de Oliveira Torres Duarte	Licenciatura em Letras.
Luciana Almerita Raposo Teixeira	Licenciatura em Matemática e Pedagogia
Luzineth Barbosa de Sousa	Licenciatura em Matemática.
Maria da Penha da Silva	Licenciatura em Biologia.
Marilene Sousa de Azevedo	Licenciatura em Geografia, com especialização em Gestão Educacional em Metodologias do Ensino de Ciências Humanas – História e Geografia.
Nádia Adriana Hartwig Bissoto	Licenciatura em Letras.
Naiara Pereira Melquiades	Licenciatura em Letras.
Raiany Francisco Dias Fernandes	Licenciatura em Letras.
Rosimeire Ferreira da Silva	Licenciatura em História.

Fonte: E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 18-19.

O documento que organiza a estrutura curricular da EJA na rede de ensino estadual do Tocantins é a Resolução nº 160, de 19 de dezembro de 2016. Para elaboração dos Planos de Ensino a Escola segue o Documento de Referência para elaboração dos Planos de Ensino - Educação de Jovens e Adultos. Conforme a apresentação desse documento a Secretaria de Educação (SEDUC), declara que

Um dos grandes desafios das escolas que ofertam a EJA é garantir a permanência dos alunos trabalhadores nas aulas e, para isso, há a necessidade de trabalhar componentes curriculares que extrapolam o ambiente escolar e façam com que as informações e conhecimentos permeiam a realidade em que eles estão inseridos. (TOCANTINS/SEDUC, 2018, p. 2).

Destaca, ainda, nessa perspectiva, que foram inseridos na estrutura curricular, os componentes curriculares: emprego e trabalho, Redação e Aprofundamento em Leitura e Escrita (ALE). Portanto, se tratando do planejamento didático, de acordo com o PPP da Escola, estava previsto que os professores do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e modalidade EJA, planejavam semanalmente e coletivamente às segundas-feiras das 17h30min às 21h30min, com o auxílio da coordenação pedagógica e em outros horários, previamente determinados, faziam o planejamento individual (E.E. PROFª. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 27).

O que condiz com a fala da professora Lúcia Martins dos Reis Tavares, desta instituição escolar, onde destaca que o planejamento das aulas é realizado de forma coletiva e individual. Assim, seguindo um cronograma definido, os professores têm momentos de planejamento das aulas em conjunto com a coordenação e momentos individualmente. Ainda segundo a professora, o material didático específico para o planejamento das aulas é o Documento Referencial para Elaboração dos Planos de Ensino EJA. Documento de Referência para elaboração dos Planos de Ensino - Educação de Jovens e Adultos.

Esse Documento curricular da SEDUC, para a EJA, traz como encaminhamento metodológico:

O princípio metodológico de todos os componentes curriculares é promover o diálogo em sala de aula, seja entre alunos ou entre alunos e professores. É fundamental que o aluno tenha a responsabilidade de adquirir seu próprio conhecimento e seja como protagonista, sem perder de vista o papel da escola. A prática de ensino deve considerar diferentes conhecimentos prévios, cultura, trabalho e tempo, e eles devem estar relacionados entre si, e não deixar de considerar a experiência adquirida dos alunos. Deve-se considerar a diversidade cultural, percepção, compartilhamento e sistematização da experiência da comunidade escolar, e estabelecer uma relação baseada no conhecimento, que conduza e contribua para a construção e reconstrução de novos saberes (TOCANTINS/SEDUC, 2018, p. 3).

Em relação aos índices gerais de aproveitamento dos alunos da EJA, a escola traz os dados de 2016 a 2018 para apresentar um panorama do desenvolvimento nesses três anos antes de 2019, conforme o quadro 2.

Quadro 2. Índices Gerais de Aproveitamento dos Alunos na EJA- 1º Segmento (2016-2018).

Ano Indicador	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
---------------	---------------	----------------	--------------

2016 (SGE)	68.75%	–	31.25%
2017 (SGE)	53.85%	–	46.15%
2018 (SGE)	100%	–	–

Fonte: E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 15.

Percebe-se que não houve reprovação no 1º segmento, nesses três anos. Por outro lado, o índice de abandono foi alto nos dois primeiros anos (2016 e 2017), já no ano de 2018 apresentou 100% de aprovação dos alunos matriculados.

Quadro 3. Índices Gerais de Aproveitamento dos Alunos na EJA- 2º segmento (2016-2018)

Ano Indicador	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
2016 (SGE)	69.23%	3.85%	26.92%
2017 (SGE)	68.97%	6.90%	24.14%
2018 (SGE)	44.45%	22.22%	33.33%

Fonte: E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 15.

Percebe-se que os índices gerais de aproveitamento dos alunos na EJA, 2º segmento, nos três últimos anos consta que no ano de 2018 o percentual de aprovação foi menor de 44.45% e assim, a reprovação e abandono também apresentaram o maior índice. Mesmo com esses dados, a escola pontua que um dos seus grandes desafios é o abandono e a evasão escolar. Assim, destaca que:

Apesar do empenho de toda equipe para sanar essa problemática, o nosso índice de evasão continua alto, o contexto da nossa clientela colabora para essa situação, uma vez que os alunos da EJA, onde há o maior índice de abandono, são adultos que muitas vezes mudam de cidade em busca de trabalho e outros que recebem liberdade no sistema prisional (E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 28).

Elenca alguns fatores que influenciam, dificultando a melhoria no processo ensino aprendizagem:

Podemos citar o processo de escolha dos gestores, quantitativo elevado de professores contratados e sem experiência na área de atuação, ausência de formação continuada, falta de materiais, pouco recurso financeiro, pouca participação da comunidade, alto índice de distorção idade-série, violência, uso de drogas lícitas e

ilícitas no ambiente escolar, falta de motivação, falta de cumprimento das regras escolares, etc. (E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 23).

Em relação ao desempenho da Unidade Escolar, por meio do IDB, dos anos finais do Ensino Fundamental, em 2019 foi de 5.0, ainda não se conseguiu atingir a sua meta projetada que é de 6.0 pontos. Em relação ao SAETO (Sistema de Avaliação da Educação do Tocantins) na modalidade EJA, 3^a série, a média geral de erro foi; Língua Portuguesa – 61.43; Matemática – 74.57 e Geografia -74.12 (E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2020).

No entanto, em relação aos índices gerais da EJA no ano de 2019, destaca que o 1^o segmento, ofertado na CPP, assim como em 2018 houve aprovação de 100% dos alunos. O 2^o segmento apresentou 90.48% de aprovação e 9.52% de abandono. O 3^o segmento, dados conjuntos das turmas ofertadas na escola e as da CPP, apresentaram 67.55% de aprovação, 7.98% de reprovação e 24.47% de abandono (E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2020). Assim, percebe-se, que houve um avanço nos índices do 2^o e 3^o segmentos em relação ao ano de 2018, atingindo, praticamente, todas as metas propostas, no PPP, para 2019. Para se ter uma compreensão do número de alunos matriculados na EJA, por anos/séries em cada semestre, nessa instituição no ano de 2019, o que requer maior análise dos dados, ver anexo I.

Conforme a professora Lúcia Martins dos Reis Tavares os desafios enfrentados por alunos e docentes na Educação de Jovens e Adultos na E.E. Prof^a. Alcides Rodrigues Aires são constantes, como o pouco interesse na realização das atividades por parte de alguns alunos, dificultando assim, o trabalho dos professores. Destaca, também, que alguns alunos, por motivo de trabalho, se sentem sobrecarregados, e terminam apresentando maiores dificuldades.

No que se trata aos dados preocupantes do abandono dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, a SEDUC (2007), destaca que, “são avanços e permanências que nos remetem a uma caminhada que além de muito complexa é desafiadora”. Destaca que na EJA “a infreqüência nem sempre significa desistência ou evasão, configura-se como abandono, o que não deve ser entendido apenas como desestímulo ou falta de oportunidade; o abandono reflete também as mazelas sociais” e acredita que a “Escola e todo seu corpo docente é responsável pela oferta de educação de qualidade que vise o cumprimento das funções da EJA, assim como a permanência, com sucesso desses alunos” (TOCANTINS/SEDUC, 2007).

Percebe-se, nesse sentido, que quando se fala de abandono diz respeito a deixar de frequentar as aulas durante o ano letivo escolar. Já a evasão escolar é entendida como a situação em que o estudante, seja reprovado ou aprovado, não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos. Em relação à educação de jovens e adultos e mercado de trabalho, não foi possível pesquisar junto aos alunos. Todavia a professora Lúcia destaca que muitos buscam a conclusão do Ensino Médio pela necessidade de melhorar no mercado de trabalho, uma vez que, a maioria já está inserida, de alguma forma, nesse mercado.

Tomando o Documento de referência curricular para a EJA no Tocantins, destaca como objetivo geral,

garantir uma formação ampla, ao longo da vida, incluindo a preparação básica para o mercado do trabalho, oportunizando aos educandos o acesso a conhecimentos fundamentais para a sua inserção no mercado de trabalho e o fortalecimento da autoestima frente às tomadas de decisões na vida profissional (TOCANTINS/SEDUC, 2018, p. 3).

Nascimento (2013), traz a citação de Ferret (1997, p.83), em relação ao trabalho que diz: “trabalho é o processo pelo qual o ser humano produz as coisas necessárias à sua sobrevivência por meio da transformação da natureza”, destaca portanto, que assim como a educação, o trabalho se dá na interação social, a partir da troca do necessário para a sobrevivência do indivíduo. Pontua que a educação e o trabalho, são direitos que devem ser assegurados de forma a facilitar a intervenção de um indivíduo, para que possa mudar a sociedade.

Conforme já foi citado, a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9394/1996, no seu art. 37, dispõe que: O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si e que a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento a ser expedido.

A Escola também ofertava, na Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional (CPP), a modalidade EJA – 1º, 2º e 3º segmentos, nos turnos matutino e vespertino, para os alunos privados de liberdade. Sendo que o 1º segmento, em função do número reduzido de alunos era ofertado de forma multisseriado.” Se tratando dos alunos da Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional (CPP), destaca que “ocorre um índice alto de abandono, pois muitos recebem a

liberdade e deixam de estudar” (E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 11-12).

Conforme análise da escola esses índices nesse segmento, se justifica por serem alunos matriculados na Casa de Prisão Provisória (CPP), e assim, quando recebem liberdade deixam de estudar, gerando dessa forma um alto índice de abandono.

Quadro 4. Índices Gerais de Aproveitamento dos Alunos da EJA- 3º segmento (2016-2018).

Ano Indicador	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
2016 (SGE)	61.93%	8.26%	29.82%
2017 (SGE)	62.79%	2.33%	34.88%
2018 (SGE)	58.09%	10.48%	31.43%

Fonte: E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2019, p. 16.

Em relação ao quadro 4, percebe-se que há uma queda no índice de aprovação e aumento na reprovação e que o índice de abandono também é consideravelmente alto. De acordo com a escola há duas situações diferentes no que se refere ao 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos. Alunos que estão privados de liberdade e estudam na Casa de Prisão Provisória (CPP) e os alunos do período noturno que são matriculados na própria Unidade Escolar. Assim, consideram, conforme o 2º segmento, que esses índices são gerados, principalmente, em função dos alunos da CPP, que ao cumprirem suas penas, deixam de frequentar a escola. Por outro lado, também, tem aqueles que mudam de cidade em busca de emprego ou mesmo, o trabalho na própria cidade não proporciona oportunidade para ir à escola.

Importa destacar, que somente o 3º segmento é ofertado na própria escola, sendo que o 1º e o 2º e turmas do 3º, são ofertados na Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional, para pessoas privadas de liberdade. No que se trata aos alunos da CPP, nota-se que o abandono e a evasão estão relacionados ao fato deles conseguirem liberdade no sistema prisional, e a não continuidade dos estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Educação de Jovens e Adultos no Tocantins constitui uma trajetória de desafios ao longo do que se chama de institucionalização da oferta e garantia do direito à educação. A oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos na E.E. Professora Alcides Rodrigues Aires, em Porto Nacional, é organizada conforme as orientações da Secretaria Estadual de Educação e Juventude: 1º segmento - composto por cinco períodos (equivalentes ao Ensino Fundamental - anos iniciais); 2º segmento - composto por quatro períodos (equivalentes ao Ensino Fundamental - anos finais) e o 3º segmento - composto por três períodos (equivalentes ao Ensino Médio).

Importa destacar, que somente o 3º segmento é ofertado na própria escola, sendo que o 1º e o 2º e turmas do 3º, são ofertados na Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional, para pessoas privadas de liberdade. No que se trata aos alunos da CPP, nota-se que o abandono e a evasão estão relacionados ao fato deles conseguirem liberdade no sistema prisional, e a não continuidade dos estudos. Portanto, esse estudo apresenta como objetivo compreender o processo de oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, principalmente, na E. E. Profa. Alcides Rodrigues Aires, no ano de 2019 e identificar os desafios enfrentados por alunos e professores dessa instituição em relação a essa modalidade de ensino.

Percebe-se que um dos grandes desafios, enfrentados na Educação de Jovens e Adultos nessa instituição é o abandono e a evasão escolar. Destaca como fator primordial o contexto socioeconômico do seu alunado. Em relação aos alunos do ensino médio, o fator trabalho é muito presente, tanto para o ingresso na EJA para conseguir melhores colocações no mercado, quanto para o abandono, no sentido da busca pelo trabalho em outras cidades ou em relação ao horário das aulas. Em relação ao ensino aprendizagem, percebe-se que há um certo planejamento e preocupação dos professores, embora não tenham conseguido atingir um grande interesse por parte do alunado na realização das atividades escolares e outros, por vezes, apresentam dificuldades por sobrecarga de trabalhos diários.

Para muitos estudiosos da área, uma das formas de melhorar o índice é respeitar as peculiaridades desses alunos, com currículo específico, formação adequada de professores, metodologias voltadas para a modalidade de ensino, dentre outras. Vale dizer que esse estudo poderá ser maior aprofundado quando passar o período de pandemia do COVID- 19 e restrições ao acesso a alunos, professores, gestores e um número maior de documentos da

instituição escolar e ir para além da intenção (PPP). No entanto, acredita-se que traz informações importantes para uma futura análise mais sistemática sobre a Educação de Jovens e Adultos no Tocantins, bem como outros temas relacionados como a EJA para pessoas privadas de liberdade e a sua oferta na E. E.Profa. Alcides Rodrigues Aires.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**.

Disponível

em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília, 2014.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS. **Resolução nº 076 de 20 de junho de 2007**. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/19900> Acesso em 20 de outubro de 2021.

E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Porto Nacional, 2019.

E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Porto Nacional, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em 5 de julho de 2021.

MEC/CNE. **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, 2010.

MEC/CNE/CEB. **Parecer CNE/CEB Nº: 4/2010**: Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, 2010.

MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral> Acesso em 11 de outubro de 2021.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de Jovens e Adultos -EJA, na visão de Paulo Freire**. 2013 Disponível em:

https://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20898/2/MD_EDUMTE_2014_2_116.pdf Acesso em 10 de jul. de 2021.

OLIVEIRA, Marta Kohl de, Jovens e adultos como sujeito de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez, 1999.

RODRIGUES, Natália. **GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/governo-de-fernando-henrique-cardoso/> Acesso em 12 de julho de 2021.

RELAÇÕES DAS ESCOLAS ESTADUAIS JURISDICIONADAS. DRE-PORTO NACIONAL-TO.2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2013. Acesso em 28 de julho de 2021.

TOCANTINS. **Constituição do Estado do Tocantins**. Disponível em <https://central3.to.gov.br/arquivo/470931>. Acesso em: 02 de julho de 2021.

TOCANTINS. **Lei nº 1.859, de 6 de dezembro de 2007**. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e adota outras providências. Palmas, 2007.

TOCANTINS. **Lei nº 2.977 de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e adota outras providências. Palmas, 2015.

TOCANTINS. **Plano Estadual de Educação nas Prisões – PEEP do Tocantins**. Palmas, 2012. TOCANTINS/SECOM.

ABC da cidadania realiza formatura em Paraíso. Palmas: 2005. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/abc-da-cidadania-realiza-formatura-em-paraiso/779kj6uphlz8> Acesso em 21 de novembro de 2021.

TOCANTINS/SEDUC. **Proposta Curricular – Educação de Jovens e Adultos - versão preliminar**. SEDUC, 2007. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.drearaguaina.com.br/docs/proposta_curricular_eja_versao_preliminar.pdf&ved=2ahUKEwiDz7PAg9fzAhV_rZUCHStvCKwQFnoECAUQAQ&usg=AOvVaw2313-Bm36s5q1Igvh_veJH Acesso em 13 de outubro de 2021.

TOCANTINS/SEDUC. **Documento de Referência para elaboração dos Planos de Ensino – Educação de Jovens e Adultos**. Palmas, 2018.

TOCANTINS/SEDUC. **Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 2021**. Estabelece critérios e orienta quanto aos procedimentos de matrícula dos estudantes da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins para o ano letivo de 2021. Palmas, 2021.

TOCANTINS/SEDUC/CEE. **Regimento escolar da rede estadual do Tocantins**. Palmas: SEDUC/CEE, 2018, p. 38.

ANEXO A - MODALIDADE EJA

Quadro 01 - 2º Segmento/Modalidade EJA/Casa de Prisão Provisória/2019.

Turma	Matrícula	Aprovação	Reprovação	Abandono	Transferidos
16.01	04	03 (75%)	0.00%	01(25%)	0.00%
26.01	01	01 (100%)	0.00%	0.00%	0.00%
36.01	03	03 (100%)	0.00%	0.00%	0.00%
46.01	01	01 (100%)	0.00%	0.00%	0.00%
16.02	04	04 (100%)	0.00%	0.00%	0.00%
26.02	03	03 (100%)	0.00%	0.00%	0.00%
36.02	01	01(100%)	0.00%	0.00%	0.00%
46.02	04	03 (75%)	0.00%	01(25%)	0.00%

Fonte: E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2020, p. 37.

Quadro 02 - 3º Segmento /Modalidade EJA/2019 – Turmas da Unidade Escolar e do Sistema Prisional semestre/01.

Turma	Matrícula	Aprovação	Reprovação	Abandono	Transferido
17.02	21	09(42.86%)	03(14.29%)	07(33.33%)	02(9.52%)
17.03	20	10(50%)	07(35%)	0.00%	03(15%)
27.02	27	17(62.96%)	0.00%	09(33.33%)	01(3.71%)
37.02	32	25(78.13%)	0.00%	07(21.87%)	0.00%
17.01 CPP	05	02(40%)	0.00%	03(60%)	0.00%
27.01 CPP	06	06(100%)	0.00%	0.00%	0.00%

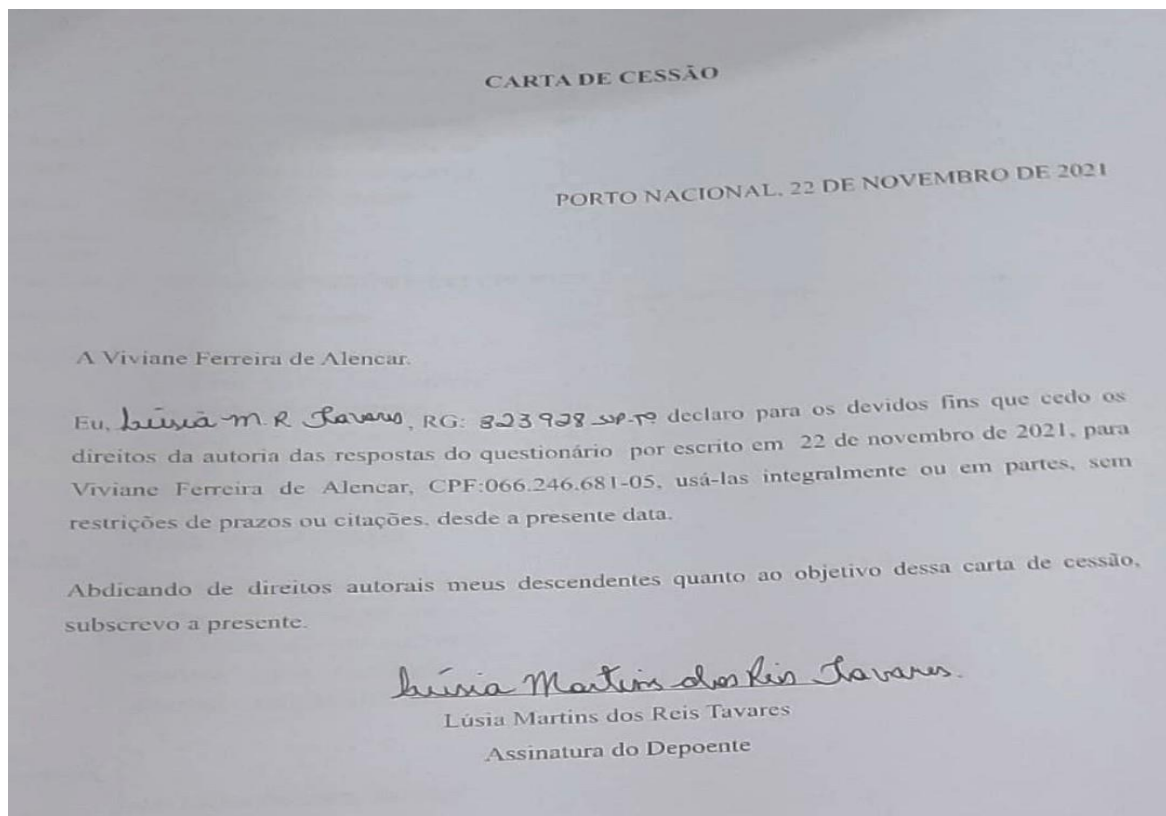
Fonte: E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2020, p. 37.

Quadro 03 - 3º Segmento /Modalidade EJA/2019 – Turmas da Unidade Escolar e do Sistema Prisional semestre/02

Turma	Matrícula	Aprovação	Reprovação	Abandono	Transferido
17.04	34	12(35.30%)	03(8.82%)	09(26.47%)	10(29.41%)
27.03	16	09(56.25%)	0.00%	03(18.75%)	04(25%)
27.04	17	05(29.42%)	0.00%	06(35.29%)	06(35.29%)

37.03	28	21(75%)	01(3.57%)	02(7.14%)	04(14.29%)
17.05 CPP	04	03(75%)	0.00%	0.00%	01(25%)
27.05 CPP	03	03(100%)	0.00%	0.00%	0.00%
37.04 CPP	06	05(83.33%)	01(16.67%)	0.00%	0.00%

Fonte: E.E. PROF^a. ALCIDES RODRIGUES AIRES, 2020, p. 37.

APÊNDICES A - CARTA DE CESSÃO

Assinatura da Depoente- Lúcia Martins dos Reis Tavares

APÊNDICES B - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA E.E. PROF.^a ALCIDES RODRIGUES AIRES EM PORTO NACIONAL-TO.

PORTO NACIONAL, 22 DE NOVEMBRO DE 2021

- 1- Qual é a faixa etária dos alunos do EJA, da Escola Estadual Professora Alcides Rodrigues Aires? 18 anos completo para ingressar no Ensino Médio
- 2- Tem um material didático específico para as aulas? Documento Referencial para elaboração dos Planos de Ensino. Educação de Jovens e Adultos- EJA.
- 3- Como é feito o planejamento das aulas? E como é feito o acompanhamento desses alunos? Planejamento coletivo e individual. Nesse período de Pandemia as aulas estão sendo realizadas de forma Híbrida, com Monitoria para os alunos que encontram dificuldade em realizar as atividades.
- 4- Quais foram os desafios enfrentados por alunos e docentes na Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual Professora Alcides Rodrigues Aires? Os desafios são constantes, pois os mesmos demonstram pouco interesse na realização das atividades. Dificultando assim o nosso trabalho. Outros por motivo de trabalho se sentem sobrecarregados, terminam tendo mais dificuldades.
- 5- Em relação ao mercado de trabalho, quais são as dificuldades que os alunos da Educação de Jovens e Adultos enfrentam? Muitos já finalizam o Ensino Médio pela necessidade de melhoria no mercado de trabalho, ou seja, já estão inseridos. A maioria dos nossos alunos já está no mercado de trabalho, até mesmo por já serem maiores de idade.

Lúcia Martins dos Reis Tavares.

Lúcia Martins Dos Reis Tavares.

Assinatura da Depoente- Lúcia Martins dos Reis Tavares